

REVELAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE MASCULINA: IMPACTOS NO RELACIONAMENTO FAMILIAR

Pesquisa realizada para conclusão do curso de Graduação em Psicologia

2015

Adriana Martins

Josilene Guedes

Graduadas em Psicologia pelo Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM (Brasil)

Rita Flores Müller

Pós-doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Professora do Centro Universitário Augusto Motta – UNISUAM (Brasil)

E-mail de contato:

josiguedes.psi@gmail.com

RESUMO

O objetivo do presente artigo é verificar em que medida o preconceito social contra homossexuais do sexo masculino influencia no processo de revelação de sua orientação sexual para a família. Para isso, articulamos preconceito contra homossexuais masculinos e revelação pública para a família, buscando o entendimento de como se deu esse processo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa para a qual foi utilizada uma entrevista semiestruturada como forma de analisar a influência do preconceito e de atos discriminatórios contra homossexuais do sexo masculino de classe média do Rio de Janeiro, dividido em dois grupos com faixas etárias de 18 a 24 anos e 35 e 50 anos. Os resultados abordam questões ligadas às seguintes categorias: revelação à família; homossexualidade; violência e autopercepção.

Palavras-chave: Preconceito, homossexualidade, família, violência e sexualidade.

Copyright © 2018.

This work is licensed under the Creative Commons Attribution International License 4.0.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>



1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de pesquisa de conclusão de curso de Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Augusto Motta¹. A pesquisa, de cunho qualitativo, teve o objetivo de identificar os efeitos do preconceito social contra homossexuais do sexo masculino no processo de revelação da orientação sexual para a família; verificar se há dificuldade dos entrevistados em revelarem sua orientação sexual para os familiares e, por fim, analisar como esse processo se deu/dá em diferentes gerações de homens jovens e adultos de classe média do Rio de Janeiro (de 18 a 24 e 35 a 50 anos).

Nos atuais debates sobre preconceito, linhas de pesquisa têm mostrado que, em comparação com outras formas de preconceito, a tolerância com relação à homossexualidade é consideravelmente menor. (PEREIRA et al, 2011). Ao mesmo tempo que em alguns países a Constituição garante direitos aos homossexuais, em outros a intolerância tem como consequência punições severas. No Brasil, ainda que, permaneça a ideia de que “todos devem ter direitos iguais perante a Lei”, as investigações sobre preconceito contra homossexuais parecem ser mais complexas (PEREIRA, idem).

Dentro de movimentos religiosos, por exemplo, os discursos variam entre a necessidade de acolhimento do homossexual acompanhado de uma inclusão condicionada ao abandono da orientação sexual (para alguns da religião cristã) e explicações a respeito da origem da homossexualidade baseada em gênero de entidades religiosas, no caso das religiões de matriz africana (SILVA, PAIVA & PARKER, 2013). Não havendo, dessa forma, esclarecimentos que sejam suficientes, dentro do universo especificado, que favoreçam uma total compreensão do tema, gerando visões preconceituosas e distorcidas. Tais visões têm proporcionado a criação de mitos a respeito da homossexualidade, sugerindo que o homossexual está condicionado a impulsos e instintos, não sendo pessoa condutora e ativa de sua biografia.

É sabido que, no Brasil, outras organizações científicas pronunciaram-se contra a discriminação de pessoas com orientação homossexual, contatando o Conselho Federal de Medicina para que não considerasse a homossexualidade como doença (ALMEIDA & CRILLANOVICK, 1999). Comparado a isto, a psicologia pronunciou-se sobre o tema, havendo boa parte de profissionais que se posicionaram a respeito da homossexualidade considerando-a um distúrbio de comportamento (LACERDA, PEREIRA & CAMINO, 2002). Dessa forma, ocorreram

¹ Universidade localizada em Bonsucesso na Zona Norte do Rio de Janeiro.

relatos de profissionais ligados a algumas denominações religiosas que exerciam serviços de recuperação para homossexuais que consistia na promessa de retornar à forma natural da sexualidade. A partir de denúncias dessa natureza, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 1999, promulgou a Resolução 001, em que é vetada aos profissionais da área a colaboração com propostas de cura homossexual. Conforme revisão bibliográfica (LACERDA, PEREIRA & CAMINO), apesar do posicionamento do CFP em não considerar a homossexualidade como distúrbio, doença ou perversão, alguns profissionais da área clínica discordam da Resolução 001/1999².

2. CONCEITOS DO PRECONCEITO

Segundo Crochik (2006), embora o preconceito seja, também, um fenômeno psicológico, o que leva o indivíduo ser ou não ser preconceituoso pode ser encontrado no seu processo de socialização, no qual se transforma e se forma como indivíduo. Ou seja, aquilo que permite o indivíduo se constituir é o que irá impactar no desenvolvimento ou não de preconceitos. A sua manifestação é individual, assim como responde às necessidades irracionais do indivíduo, mas surge no processo de socialização como resposta aos conflitos aí então gerados. O indivíduo preconceituoso tende a desenvolver preconceitos em relação a diversos objetos: ao judeu, ao negro, ao homossexual etc., e isso indica uma forma de atuação desenvolvida por ele de certa maneira independente das características dos objetos alvos do preconceito, que são distintos entre si. Isto mostra que o preconceito diz mais respeito às necessidades do preconceituoso do que as características de seus objetos, pois cada um desses é imaginariamente dotado de aspectos distintos daquilo que eles são.

O preconceito sexual é entendido como atitudes negativas e comportamentos de intolerância direcionados aos indivíduos, ou assuntos ligados a estes, em virtude de sua orientação sexual (SANTOS, 2009). Acredita-se que assumir uma orientação sexual diversa da heterossexual é situar-se como um possível alvo de preconceito. Segundo Santos (2009), é possível que o preconceito influencie no convívio social sobre o indivíduo, indicando a iminência de diversos

² A esse respeito, conferir Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais “Numa pesquisa sobre a aceitação dessa Resolução, Lacerda, Camino e Pereira (2002, no prelo) constataram que os professores de psicologia que atuam nas áreas social e organizacional concordam que ela representa um avanço na Psicologia, enquanto mais da metade dos que atuam na área clínica discordam da resolução. Além disso, verificaram que a adesão às teorias biológicas da homossexualidade leva a uma atitude negativa frente à Resolução, enquanto a crença num modelo psicossocial relaciona-se com uma atitude positiva. Constataram também que a atitude negativa concentrava-se principalmente nos professores evangélicos e nas mulheres que atuam na área clínica”.

elementos que causam stress, que vão ligar-se ao fato de como o sujeito lida com as demandas impostas pela segregação, além dos efeitos deletérios consequentes da exposição a condições opressoras.

3. A HOMOSSEXUALIDADE

De acordo com o momento histórico vivido por cada sociedade, a homossexualidade aparece vista de vários ângulos e relacionada com a cultura desta. Podemos entender melhor a forma de expressão da sexualidade de cada grupo social cuja cultura irá determinar o conjunto de regras de comportamento.

Entende-se que, a partir do contexto cultural de uma sociedade em particular, os conceitos de certo e errado que irão estabelecer valores que controlam o exercício da sexualidade (CHAUI, 1984, p. 9). Dessa forma, concebemos a repressão sexual como uma forma de controle que a sociedade exerce sobre seus membros de maneira a monitorar através de normas pré-estabelecidas por esse grupo, como a sexualidade deverá ser expressa (FARIAS, 2010).

Com base em revisões bibliográficas, a homossexualidade tem sido definida de várias formas. Em algumas civilizações antigas, as relações sexuais entre homens adultos e jovens, eram consideradas normais, sendo renegadas quando se tornavam uma ameaça de subversão da hierarquia social da época. Observou-se também que relações homoeróticas eram mais bem aceitas em civilizações com crenças politeístas (Grécia e Roma), sendo interpretada uma associação ao divino e ao prazer, determinando ainda a postura assumida. Indivíduos ativos eram mais bem vistos do que os passivos (NAPHY, 2006). Para a tradição judaico-cristã a homossexualidade era vista como pecado, descumprindo o que seria a vontade de Deus (LACERDA, PEREIRA e CAMINO, 2002).

A partir do século XIX houve uma definição por parte da medicina, que apontava a homossexualidade como doença de causas genéticas. A psicanálise, já no início do século XX, propôs uma ótica psicológica da homossexualidade, visão esta que é menos moralista (FREUD, 1935/1951), embora considere a homossexualidade como um distúrbio no desenvolvimento da sexualidade (FREUD, 1905/1972) e, portanto, imatura.

Na primeira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM I - 1952), a homossexualidade estava incluída entre os distúrbios sociopáticos da personalidade, considerada um desvio sexual que envolvia comportamento patológico. Já em 1968 (DSM III), os distúrbios sociopáticos da personalidade não eram mais citados, porém a homossexualidade ainda era classificada como desvio sexual que incapacitava os homossexuais de substituírem suas

práticas pelo comportamento sexual “normal”. Em meados de 1973, o Conselho Diretor da American Psychiatric Association (APA) retirou, após protestos ativistas, a homossexualidade da classificação de transtorno mental, que foi oficializada na terceira edição do DSM III – 1980. O termo transtorno mental foi substituído por homossexualidade egodistônica dentro da categoria geral de transtornos psicosexuais. Dessa forma, entendia-se a homossexualidade como transtorno psicológico desde que a orientação homossexual fosse uma preocupação persistente do paciente. Após a terceira edição revisada e na quarta edição dos DSM III e IV, respectivamente, a homossexualidade egodistônica não mais aparece como um termo diagnóstico, assim como nenhum comentário diagnóstico sobre o tema. Sendo assim, supõe-se na atualidade que tanto homossexuais quanto heterossexuais estão inseridos na classificação de “transtornos sexuais sem outra especificação” desde que sua condição cause sofrimento persistente e marcado pela orientação sexual.

4. A FAMÍLIA

Falar sobre família é ligar-se aos processos complexos de transformação histórica, cultural e social. Ao abordar esta temática, considerada como universal, é preciso que se tenha esforço de relativização das próprias referências de sentido a fim de que as relações familiares não sejam naturalizadas e que a família não se torne um terreno fértil para um discurso normativo (Sarti, 2004). Sendo assim, ao tentar definir família, não será apenas pelo um ponto de vista, mas é preciso conhecer sua história e como se deram as mudanças que justificam a pluralidade de organizações familiares presentes em nossa realidade (Cúnico e Arpini, 2013).

De acordo com Cúnico e Arpini (2013), é importante observar a evolução que se deu o sentimento familiar, uma vez que o sentimento na atualidade se difere muito do que existia durante a Idade Média e o início dos tempos modernos, que se tratava mais de uma realidade moral e social do que sentimental. Os sentimentos familiares se transformam a partir do século XV: a família se volta mais para a criança; os pais passam a se preocupar mais com os filhos e passam a enviar cada vez menos para outras famílias cuidarem.

5. METODOLOGIA

Participaram da pesquisa 10 homossexuais da classe média do Rio de Janeiro, divididos em dois grupos com faixa etária de 18 a 24 e 35 a 50 que já tinham revelado sua orientação sexual para a família. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, não se justifica o cálculo do tamanho da

amostra. É comum, inclusive, que a pesquisa trabalhe com a noção de saturação amostral (FONTANELLA, 2008). Partimos da premissa de que nos estudos qualitativos, a questão “quantos?” é de importância relativamente secundária em relação à questão “quem?”. Ressalta-se que o fator significativo nas amostras não se encontra na quantidade final de seus elementos, mas no modo como se concebe a representatividade desses elementos e a qualidade das informações obtidas a partir do encontro pesquisador – participante. Nesse sentido, “a seleção dos elementos decorre, sobretudo, da preocupação de que a amostra contenha e espelhe certas dimensões do contexto, algumas delas em contínua construção histórica” (FONTANELLA, 2008, p. 20).

A pesquisa foi desenvolvida de acordo com as regulamentações legais do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção aborda os resultados da pesquisa e sua discussão, organizados nas seguintes categorias: revelação à família; homossexualidade; violência e autopercepção.

6.1. REVELAÇÃO À FAMÍLIA

De acordo com Uziel (2002), a família é um construto que tem sua proposta de socialização organizada em pequenos núcleos. Segundo a autora, “as realidades sociais são ficções sociais reconhecidas coletivamente” (UZIEL, 2002, p. 12).

Quando revelada aos familiares, de forma voluntária ou não, a homossexualidade torna-se um sofrimento para os homossexuais. Algumas experiências frustrantes são vivenciadas na relação intrafamiliar, e dificultam o fato de assumir a orientação sexual no grupo doméstico (SOLIVA, 2010). Há considerável desconforto por parte dos familiares em proporcionar apoio necessário e acolhimento que deveria ser gerado por essa instituição. Aparentemente, há episódios de violência, declarada ou não, por parte dos familiares que expressam a intolerância, frustração e medos quando da possível existência de um filho homossexual. De acordo com o estudo de Soliva (2010), a dificuldade também pode estar relacionada com o fato de os próprios pais ou outros membros da família não serem capazes de lidar com ruptura das expectativas criadas em relação a esse filho.

Além disso, Soliva nos clarifica que alguns mitos a respeito da infecção pelo vírus HIV são compreendidos pela família como um risco exclusivo para homossexuais. Baseado em conceitos do senso comum, acredita-se que essa orientação sexual possui um comportamento pervertido, liberal e pouco preocupado com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.

Discursos que associam a homossexualidade à doença, à promiscuidade, à condenação ao inferno (para alguns religiosos), fazem parte da fala dos pais, refletindo as normas pré-estabelecidas pela sociedade quanto ao que é aceitável ou não para relacionamentos hetero e homoafetivos.

“Depois que os meus pais souberam, não tive mais medo de ninguém, se tiver de contar para qualquer pessoa eu falo (...)” (Entrevistado R., faixa etária 18 a 24).

Ao que parece, o filho homossexual dá maior importância à aceitação dos pais do que a opinião do restante da sociedade. Conforme relato dos entrevistados, os pais parecem preocupar-se mais com a opinião pública do que com as questões vivenciadas pelos filhos.

“Quando eu começo a me soltar um pouco mais, ela olha de cara feia, pede para eu ficar mais na minha tentar manter isso escondido das pessoas.” (Entrevistado L., faixa etária 18 a 24).

De acordo com Shulman (2010 p.70), a família cria punições sobre seus familiares/filhos homossexuais, ocorrendo afastamento entre pais e filhos após a revelação, promovendo barreiras como forma de punição. Dessa forma, há um descontentamento, tanto velado quanto explícito, em relação ao comportamento do gay.

“Até hoje quando, depois que eu falei a verdade, ele não fala comigo. A gente fica na mesma casa, um do lado do outro, mas não fala nem olha um pro outro (...). Meu pai se afastou, a forma da minha mãe me tratar mudou.” (Entrevistado J., faixa etária 18 a 24).

“(...) não só eu como eles também evitam tocar no assunto. A gente sabe que a partir do momento que a gente tocar nesse assunto vai gerar um conflito ou alguma coisa que a gente não quer ver.” (Entrevistado D., faixa etária 35 a 50).

6.2. HOMOSSEXUALIDADE

Como dito no tópico anterior, a “ficção social” na qual a sociedade optou por acreditar (Uziel, 2002) está ligada às expectativas geradas a partir de projetos individuais dos pais em relação aos seus filhos (Soliva, 2010).

A partir desse conceito, percebe-se que a homossexualidade, por não ser compreendida como algo natural e aceitável, torna-se objeto de sofrimento para o gay, não pela orientação sexual, mas pelas regras que são impostas pela instituição família. Nesse sentido, as entrevistas dão a ver uma relação frustrada para ambas as partes: o filho busca apoio e acolhimento de seus familiares que, por sua vez, desejam um filho heterossexual.

Foi observado durante as entrevistas que o grupo 1 (18 a 24 anos) esbarra nas questões ligadas às expectativas dos pais, religiosidade e faixa etária. Faixa etária esta que aqui merece destaque, pois o fato de ser maior de 18 anos aparece como passaporte para a revelação da orientação sexual.

“...Aí eu falei que sim, não menti, já era maior de idade e falei que sim. Então dali pra frente, eu falei a verdade, entendeu?(...) eu não estava mais querendo mentir.” (entrevistado J., faixa etária 18 a 24)

“Ela perguntou se era só uma fase, e eu disse que era só uma fase, por medo, né?!” (entrevistado A., faixa etária 18 a 24)

“Meus pais sempre desconfiaram, dizendo que eu ficava andando muito com meninas e tal. Uma vez, quando eu estava no Ensino Médio, minha mãe veio falando que o pessoal da rua estava falando que eu era gay e tal, e me perguntou se eu realmente era; eu disse “não, mãe. Tá maluca?”, isso foi mais por medo mesmo.” (entrevistado R., faixa etária 18 a 24)

No grupo 2 (35 a 50 anos), pelo fato de a revelação ter ocorrido numa outra época, nota-se a construção de uma couraça protetora e de um afastamento dos afetos relacionados ao preconceito contra homossexuais, aparentando uma necessidade de defesa constante. Diferente dos discursos dos entrevistados da outra faixa etária, está presente uma visão diferenciada da revelação da homossexualidade. Para eles, a revelação se deu de forma comportamental e, baseados em suas

próprias experiências, alegam que a forma de expressão da sexualidade é de carácter privado, sendo cada um dono dos seus desejos e podendo manifestar-se sexualmente da forma que achar conveniente.

Diante disso, está presente em suas falas o seguinte questionamento: se não é exigido pela sociedade que pessoas que assumem a orientação heterossexual revelem suas preferências, por que o homossexual deveria expor o que faz entre quatro paredes?

"Nunca perguntei: "papai, posso fazer?". Eu defini isso junto com os meus parceiros e com quem eu realmente tinha interesse em desenvolver essa questão da sexualidade (...)" (entrevistado G., faixa etária 35 a 50)

"Eu estava vivendo uma relação que era minha, dando o que era meu, comendo o que era dos outros e que estava de comum acordo." (entrevistado C., faixa etária 35 a 50)

"Não considero homossexual. Eu sou sexual, quem é homossexual é alguém que se define dentro de um padrão que eu não acredito. Então eu sou um ser sexual e esse ser sexual é um ser que oscila entre várias possibilidades." (entrevistado G., faixa etária 35 a 50)

6.3. A VIOLÊNCIA

A violência contra homossexuais não é um tema tão atual. De acordo com Ramos e Carrara (2006), tem sido tema central para o ativismo, governos e mídia desde 1980, onde as denúncias de agressões e discriminação vividas por gays foram importantes para a trajetória do movimento homossexual brasileiro, tendo a "homofobia" como expressão para caracterizar esse tipo de violência.

O artigo aborda o contexto familiar, no qual a violência torna-se assunto no que tange o relacionamento intrafamiliar. Neste sentido, Soliva (2010) salienta que "a violência no âmbito familiar se dá por toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família. Pode ser cometida dentro e fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de

poder com a pessoa agredida. Inclui também as pessoas que estão exercendo a função de pai ou mãe, mesmo sem laços de sangue.”

Em análise das entrevistas do grupo de faixa etária entre 18 a 24 anos, percebe-se tanto a violência verbal quanto física, porém existe a violência manifestada de forma velada, através de afastamentos, haja vista que nos remete a pensar que antes da revelação, o sujeito é parte do núcleo familiar, posteriormente torna-se um completo estranho. O que vem encontrar com os estudos de Soliva (2010), que explicita que "há episódios de violência, declarada ou não, por parte dos familiares que expressam a intolerância, frustração e medos quando da possível existência de um filho homossexual". Em alguns casos, fica nítida a sensação de rejeição da família, acerca das violências física e verbal, demonstrando relevante dor psíquica diante da intolerância:

“(...) a dor física nunca será comparada a dor emocional. (...) Mãe, já que você não me aceita, eu vou para outro lugar” e ela: “você não vai”. E eu me tranquei no quarto, só que ela abriu e disse “você não manda na sua vida, quem manda na sua vida sou eu”, eu disse “mando sim” e saí do quarto, foi quando ela me deu 2 socos nas costas, eu quase caí. A revolta foi tão grande que deu vontade de voar nela, mas eu não fiz isso. Desci a escada e ela pegou o cabo de vassoura pra me bater, ela me bateu (...). (entrevistado A., faixa etária 18 a 24)

“Ela sentou e começou o assunto com a seguinte frase: você gosta de dar ou você gosta de comer? Eu fiquei sem o que falar, fiquei calado e só abaixei a cabeça. (...) Ela permanece nessa agressão verbal, só que eu não permito mais.” (entrevistado L., faixa etária 18 a 24)

“Xingamento do meu pai, da minha irmã. De falar “ah, seu filho da puta, seu viadinho, você não é meu filho”. Minha irmã também “seu viadinho escroto, babaca”.” (Entrevistado J., faixa etária 18 a 24)

Toledo e Filho (2013) salientam que discurso intrafamiliar manifesta-se de diferentes formas, podendo ser expresso em um total silenciamento a respeito da diversidade sexual e de gênero, evoluindo para a representação de “estigmas diversos que operam sobre as pessoas que não se enquadram em tal norma, chegando a casos de segregação do membro da família de forma simbólica ou real, e mesmo a violências físicas e até a assassinatos.”

Percebe-se, também no grupo de faixa etária entre 35 a 50 anos, sofrimento de violência física e verbal, quanto ao episódio da revelação da homossexualidade, explícita no âmbito familiar e até mesmo no ambiente de trabalho. Existe a frustração dos pais perante os filhos, até mesmo envolvendo atitudes machistas, visto que os mesmos não supririam mais as expectativas da família no que tange os aspectos que envolvem casamento e netos. Quanto à violência apresentada em atitudes discriminatórias no ambiente de trabalho, nota-se que as questões que regem a empresa se entrelaçam, também, com a religiosidade do agressor, que demonstra, de maneira velada, o que é “certo e errado”, chegando a casos de exclusão do funcionário. “Seja por meio da agressão vertical ou lateral, por manobras perversas, por líderes narcisistas destrutivos ou por abuso de poder, o sujeito é invadido em sua subjetividade pela desqualificação, pelo isolamento e pela falta da comunicação.”. (SIQUEIRA et al., 2009)

“(...) realmente ele se revelou completamente contra e o relacionamento ficou muito conturbado, fui agredido fisicamente por ele, que na verdade já era comum ele bater, naquela época os pais batiam muito nos filhos. A situação só se agravou, qualquer coisa era motivo de agressão, verbalmente também, enfim. Todas as qualidades que ele via em mim, pelo fato de eu ter me assumido como gay, foram desacreditado. Ele desacreditou de tudo aquilo que ele sonhou, que ele achava, tudo aquilo que ele projetava para mim foi abaixo. A partir disso, a relação ficou muito complicada, muita agressão física, muita agressão verbal. Isso foi só com o meu pai, a família sempre me apoiou.” (Entrevistado R., faixa etária 35 a 50)

“O meu supervisor era uma pessoa extremamente religiosa, nem vou dizer que ele é evangélico porque o evangélico de verdade não tem esse tipo de comportamento, mas era uma pessoa muito religiosa. Ao descobrir minha homossexualidade, me mandou embora.” (Entrevistado D., faixa etária 35 a 50)

“(...) a mania que as pessoas têm em curiosidade de gay: quem dá pra quem? Não importa, cara. Pode simplesmente não rolar sexo com uma pessoa, mas ficar uma noite inteira trocando carinho e ser uma coisa maravilhosa, entendeu? É uma forma de prazer. As piadinhas de heteros

são chatas, acho cansativo demais isso.” (Entrevistado P., faixa etária 35 a 50)

6.4. AUTOPERCEPÇÃO

Partindo-se do princípio de que a autopercepção do sujeito está atrelada aos princípios da sociedade, podemos entender o ser social irá se construir a partir das normas sociais manifestando-se em resposta ao que lhe é imposto socialmente. Essa manifestação pode se dar contra ou a favor do que lhe é imposto por seu grupo social.

A construção da identidade do sujeito parte desse princípio. Segundo Junior e Maio (2015) as identidades e as diferenças se encontram numa relação de interdependência: se uma pessoa afirma ser homossexual está afirmando também não ser heterossexual. A sociedade entendida como “de acordo” com a verdadeira é normativa heterossexual e o sujeito que se constrói baseado nessa, desenvolve-se e posiciona-se contra o que difere dessas normas.

A princípio, parece ser uma tarefa simplista definir “identidade”, ela é autocontida e autossuficiente, simplesmente aquilo que somos. Por exemplo: “sou homem”, “sou branco”, “sou heterossexual”. Nessa mesma linha de raciocínio, a “diferença” também é concebida, ou seja, como algo que remete a si própria.

Em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: “ele é negro”, “ela é mulher”, “ele é gay” (SILVA, 2007). Exposto dessa forma fica evidente que identidade(s) e diferença(s) se encontra(m) em estreita relação de interdependência visto a condição afirmativa que expressamos a identidade. No entanto, essa dissimulada positividade tende a esconder os conflitos dessa taxação. A afirmação de “sou homem”, “sou heterossexual”, em verdade, é parte de uma extensa cadeia de “negações”, de expressões negatizadas de identidade(s) e diferença(s), pois, por trás dessa afirmação, deve-se ler: “não sou negro”, “não sou mulher”, “não sou gay”, “não sou bissexual”, “não sou transexual” etc. (HALL, 2006, 2007; SILVA, 2007). Fica evidente, também, que “[...] as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença”, tanto pelo meio simbólico quanto pelas formas de exclusão social. “A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença” (WOODWARD, 2007, p. 39-40, grifo da autora).

Nesse sentido, pudemos analisar o posicionamento do gay dentro dessa sociedade heteronormativa, sua visão de si mesmo, as falas que vão contra as normas, mas que ao mesmo tempo sofrem influência das mesmas normas. Foi demonstrado nas falas, o preconceito do gay contra o próprio gay, o que podemos alinhar com o trecho acima da pesquisa de Junior e Maio (2014), onde a identidade está atrelada à diferença. Frases como “sou gay, mas não sou afeminado”

aparecem nos discursos em ambos os grupos de entrevistados, porém no grupo de faixa etária de 35 a 50, as falas aparecem de uma forma que expressa maior segregação.

A respeito dessa categoria, o primeiro grupo de entrevistados (faixa etária de 18 a 24 anos), demonstra uma tentativa encorajada de não se identificar com a opinião de pessoas próximas. O indivíduo protege-se da opinião da sociedade e a frase: “não me importo com isso” aparece em mais de 50% das falas. Foi observada, ainda uma distorção da autoimagem e necessidade de encaixar-se em padrões de normalidade impostos pela sociedade. Nota-se também no primeiro grupo, apesar de toda dificuldade quanto aos próprios conflitos e a aceitação dos pais, amigos, membros da família e sociedade como um todo, uma maior segurança quanto a orientação sexual.

“Foi difícil falar, porque eu estava meio inseguro com isso, entendeu? Só que como eu...é...é...como é que diz?...eu não estava mais querendo mentir. Então o único jeito de falar a verdade era de uma hora para outra. E aí eu chorei, falei para ela “mãe, eu gosto, sou feliz assim, sou seu filho. Se você não gostar...mas eu quero ser feliz, entendeu? (...)os amigos também, se afastaram, me xingavam, mas eu nunca levei a sério”. (Entrevistado: J., faixa etária 18 a 24)

“(...) eu pensava que era um animal. (...) Porque eu sou ser humano. A única coisa que mudou em mim foi a opção sexual. (...) Mas mesmo assim não muda em nada para eles, continuam pensando como se fosse um alienígena. Acho que é a forma mais bonitinha de dizer. Se eles me tratassem como normal, porque eu tenho uma amiga transexual e a família dela trata com maior amor. Tenho inveja nesse aspecto, queria que minha família tratasse do mesmo jeito, com o mesmo amor. Minha avó antes deixava eu dormir com ela na mesma cama, hoje não mais; já com o meu irmão, que é hétero, ela deixa (...) Já sofri preconceito também na escola, aquelas piadinhas “olha lá o viadinho passando”, mas eu sempre ria e não dava confiança, sempre ignorei bastante.” (Entrevistado: A., faixa etária: 18 a 24)

“Eu descobri isso bem cedo, tinha entre 13 ou 14 anos, me dei mais tempo por achar que era muito novo (...) eu procurei me tornar um pouco mais independente e me afastar de casa para justamente não passar por esse tipo de coisa, não ficar cutucando mais essa ferida. (...)Alguns amigos que

não gostam e tentam se afastar, não ligo, faço questão de ter na minha vida, se eles querem se afastar, tudo bem. Eu tenho muito desapego se a pessoa não gosta de mim, não tem problema.” (Entrevistado: L., faixa etária: 18 a 24)

“(...) sempre aquelas piadinhas quando passo “viado, viadinho”, até mesmo na faculdade, mas eu sempre ignoro (...) Com um dos meus irmãos, foi meio complicado porque a esposa dele é muito preconceituosa, já jogou até piadinhas para mim pelo Facebook, mas eu ignoro e ele não toca no assunto. (...) Como outro irmão, já não me dou muito bem desde criança, então qualquer briguinha ele me ofende, usa isso para me ofender, mas também ignoro.” (Entrevistado: I., faixa etária: 18 a 24)

“(...) parece assim que somos um casal hetero, muito normal (...) quando saía para festas, andava muito com os meus amigos gays; alguns mais afeminados, outros passavam maquiagem; então para ninguém ver eu andando com aquele pessoal e falar que eu também era, eu bloqueava todo mundo. Mas agora não, sou bem mais próximo dos meus pais, acho que ficou bem melhor a relação.”

(Entrevistado: R., Faixa etária: 18 a 24 anos)

No grupo que apresenta faixa etária entre 35 e 50 anos, percebe-se uma visão mais amadurecida da sexualidade com conceitos formados através de experiências pessoais. Nesse sentido, também se observa ainda, uma maior preocupação com a autoimagem e com a visão da sociedade, reação das pessoas e consequências da relação. A frase “eu não preciso contar” aparece em 40% das falas, onde os entrevistados demonstram certo zelo por sua privacidade e postura diante de uma sociedade heteronormativa, o que não parece ser a preocupação inicial do grupo de faixa etária mais jovem.

“(...) não tem porque dizer se é ou não. Simplesmente vivo a minha vida.”
(Entrevistado P., faixa etária 35 a 50)

"(...) não vou abrir mão da minha felicidade, pela primeira vez eu me sinto feliz e realizado e eu quero ficar com ele." (Entrevistado C., faixa etária 35 a 50)

"E eu tenho noção do que sou desde os 4 anos de idade (...) eu ainda acredito só na sexualidade porque cada um vai desenvolver a sua, nós somos indivíduos com liberdade pra poder desenvolver a sua sexualidade da maneira como mais lhe agrada, né, porque sexualidade é vida, então tem que estar ligado ao prazer, à aventura sempre." (Entrevistado G., faixa etária 35 a 50)

"O que eu acho certo e o que eu acho errado, é o que vale para minha vida."

(Entrevistado D., faixa etária 35 a 50)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo apontam diferentes visões a respeito da revelação da homossexualidade, tendo em vista as questões apresentadas em dois grupos com faixas etárias distintas: grupo de faixa etária entre 18 a 24 anos e grupo entre 35 a 50 anos. A análise das entrevistas evidenciou a presença de omissões com relação à sexualidade, por consequência do medo, porém esse mesmo sentimento é rompido, a posteriori, com a revelação aos pais. Nos entrevistados de 18 a 24 anos, existe a sensação de liberdade proveniente da maioridade, sendo esta um “estímulo” para a revelação; ao contrário do grupo de entrevistados de 35 a 50 anos, que demonstram outra visão acerca do assunto, tendo em vista a maturidade e experiência de diferentes épocas.

A análise apresentou interpretações relevantes no que tange a opinião pública; ao contrário dos gays, os pais se preocupam com a imagem de seus filhos perante a sociedade e o padrão de normalidade que esta determina. Sendo assim, quando se dá a revelação, os pais são afetados pelas próprias expectativas que depositam em seus filhos: casamento, família, netos etc. Dessa forma, observamos o afastamento da família como atitude discriminatória e forma de punição, gerando,

assim, a falta de acolhimento no ato da revelação, em função do desejo de um filho heterossexual, partindo, muitas vezes, para atos de violência física e verbal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CHAUÍ, M. (1984). *Repressão sexual – essa nossa (des)conhecida*. São Paulo: Brasiliense.
- CROCHIK, José L. *Preconceito, indivíduo e cultura*. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- CUNICO, Sabrina Daiana e ARPINI, Dorian Mônica. A família em mudanças: desafios para a paternidade contemporânea. *Pensando fam.* [online]. 2013, vol.17, n.1, pp. 28-40. ISSN 1679-494X.
- FARIAS, Mariana de O. (2010). Mitos atribuídos às pessoas homossexuais e o preconceito em relação à conjugalidade homossexualidade e a homoparentalidade. *Revista de psicologia: UNESP*.
- FONTANELLA, B. J. B. *et al.* Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cad Saúde Pública*. vol. 24, n. 1, p. 17-27, 2008.
- FREUD, S. (1935/1951). Uma carta de Freud (9 de abril de 1935). *American Journal of Psychiatry*, 107, 163-169.
- FREUD, S. (1905/1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (J. Salomão, Trad.). Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 123-250). Rio de Janeiro: Imago.
- JUNIOR, I. B. O.; MAIO, E. R. Diversidade sexual e homofobia: a cultura do “desagendamento” nas políticas públicas educacionais. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 35-53, jan./jun. 2015.
- LACERDA, Marcos; PEREIRA, Cícero; CAMINO, Leoncio. Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspectiva das representações sociais. *Psicologia: reflexão e crítica*, v. 15, n. 1, p. 165-178, 2002.
- NAPHY, W. (2006). *Born to be gay: história da homossexualidade*. Lisboa: Edições 70, LDA.
- PAIVA, Vera; ARANHA, Francisco; BASTOS, Francisco I and GRUPO DE ESTUDOS EM POPULACAO, SEXUALIDADE E AIDS. Opiniões e atitudes em relação à

sexualidade: pesquisa de âmbito nacional, Brasil 2005. *Rev. Saúde Pública* [online]. 2008, vol.42, suppl.1, pp. 54-64. ISSN 0034-8910.

PEREIRA, Cícero Roberto et al. Preconceito contra homossexuais e representações sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 27, n. 1, mar. 2011.

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006 .

SANTOS, André Faro e SANTOS FERNANDES, Sheyla Christine. Enfrentamento, *locus* de controle e preconceito: um estudo com pessoas de orientação sexual homoafetiva. *Psicol. rev. (Belo Horizonte)* [online]. 2009, vol.15, n.3, pp. 101-119. ISSN 1677-1168.

SARTI, C. A. (2004). O jovem na família: O outro necessário. In R. Novaes, & P. Vannuchi (Orgs.), *Juventude e sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação* (pp. 115-129). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SIQUEIRA, Marcus Vinicius Soares et al. Homofobia e violência moral no trabalho no Distrito Federal. *Organ. Soc.*[online]. 2009, vol.16, n.50, pp. 447-461. ISSN 1984-9230.

SOLIVA, Thiago B. Família e homossexualidade: uma análise da violência doméstica sofrida por jovens homossexuais. *Fazendo gênero 9 diásporas, diversidades, deslocamentos*, Rio de Janeiro, 2010.

TOLEDO, L. G., & TEIXEIRA FILHO, F. S. (2013) Homofobia familiar: Abrindo o armário 'entre quatro paredes'. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 376-391.

UZIEL, A. P. Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas. 2002. 264 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2002.